

XII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM
PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL

21 a 25 de maio de 2007

Belém - Pará - Brasil

ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO A PARTIR DA DISTRIBUIÇÃO POPULACIONAL NO ESTADO
PARÁ DE 1960 A 2000.

JULIANA PIRES SOARES (UFPA)

Organização do Espaço a partir da Distribuição Populacional no Estado do Pará de 1960 a 2000

RESUMO

A dinâmica populacional do estado do Pará está ligada ao processo de urbanização da Amazônia brasileira. Esses processos se manifestam nas etapas de ocupação do território, através do Plano de Integração Nacional, (PIN), construção de rodovias, assentamentos rurais, hidrelétricas, redes de telecomunicação, reestruturação do comércio, surgimento de novos núcleos urbanos e instalação de fronteiras econômicas. Assim, busca-se neste trabalho mostrar que a dinâmica demográfica paraense tais como o ritmo de crescimento e distribuição da população foram condicionados por fatores históricos interna e externamente ligados à região. Neste sentido, o perfil da distribuição populacional na Amazônia brasileira se apresenta de forma diferenciada no espaço, especialmente no estado do Pará que apresenta um perfil disperso no que se refere à distribuição da população no espaço, apresentando assim, vários núcleos de povoamento.

INTRODUÇÃO

No intuito de entender a organização do espaço a partir da dinâmica populacional, este trabalho tem como temática compreender através, de um estudo dos censos de população de 1970 a 2000, como a população do estado do Pará está distribuída no espaço. Assim, as atenções deste trabalho se voltam para o entendimento de seu objeto de estudo pautado na organização e distribuição populacional no espaço amazônico, especificamente do estado do Pará.

A Amazônia em toda sua diversidade e complexidade é “palco” de estudos almejados por muitos pesquisadores, principalmente por aqueles que a olham de fora e a rotulam como um pólo de harmonia e homogeneidade, dando-lhe uma característica única e desconsiderando sua pluralidade e toda sua dinâmica. Nesse sentido, falar dessa heterogeneidade existente no espaço Amazônico se torna de fundamental importância para entendermos sua dinâmica. Para tanto, este trabalho objetiva: (1) analisar o ritmo de crescimento através da flutuação das taxas de crescimento; 2) Analisar a distribuição da população do estado do Pará identificando as áreas de maior concentração urbana e 3) identificar os fatores que determinam essa dinâmica e configuram essa distribuição. A sistematização do trabalho apresenta a seguinte estrutura: Em um primeiro momento se analisa o processo de urbanização da Amazônia a partir de 1960 especificamente no estado do Pará, tendo como ponto de partida o conceito de fronteira. Em seguida, é feita uma análise dos dados censitários acerca da distribuição populacional e do ritmo de crescimento apresentado pelo estado do Pará. Por fim, são elencados os fatores determinantes da distribuição espacial da população no estado do Pará.

MATERIAIS E MÉTODOS

Inicialmente, a preocupação desta pesquisa foi com o ajuste teórico-metodológico necessário à interpretação da problemática em questão, capaz de subsidiar a pesquisa. Assim, realizou-se um levantamento bibliográfico acerca dos conceitos a serem utilizados no desenvolvimento da pesquisa, especialmente o entendimento da região amazônica enquanto uma fronteira. Num segundo momento, a pesquisa se deu a partir de uma análise dos censos de população das décadas de 1970 a 2000 com o objetivo de identificar o perfil e as mudanças na distribuição populacional no estado do Pará, para depois, mapear essa configuração verificando de que forma elas se materializaram no espaço. E por fim, partindo da concepção de que todos os fenômenos materiais que se desenvolvem ao longo da história da sociedade, considerando que esses processos seguem uma trajetória de dependência

recíproca e não linear (materialismo-histórico-dialético), realizou-se a interpretação do material elencado, de forma a possibilitar a redação dos resultados.

1. Urbanização da Amazônia a partir de 1960: O caso do estado do Pará

O processo histórico de ocupação humana e urbanização da Amazônia não se deram linearmente, os contextos político e econômico ao longo do tempo foram determinantes destas flutuações. A Amazônia vista como uma região de fronteira é percebida como um espaço de expansão e projeção das relações capitalistas de produção assim, tornou-se uma verdadeira fronteira econômica de ação do capital e de controle político do estado no processo de estruturação do território brasileiro a partir da década de 1960. Para essa finalidade, desenvolveu-se, por intermédio do estado, uma estruturação espacial, responsável pela configuração de uma “malha programada” de duplo controle, técnico e político, constituída a partir de programas e planos governamentais. Um dos componentes que marcaram esse processo de configuração de uma fronteira econômica no espaço amazônico foi o grau de urbanização de seu território, revelando taxas de crescimento superiores ao que foi verificado em nível nacional, daí a idéia de uma fronteira urbana para se referir ao espaço para onde tem se expandido com bastante intensidade e se multiplicado o número de cidades (Becker, 1990).

Para isso é necessário entender que, historicamente, a dinâmica da região Amazônica está ligada a um projeto de desenvolvimento exógeno, partindo de uma política que se estabelece de fora para dentro da região, para isso o estado teve um papel decisivo, pois foi com a formação do moderno aparelho de estado, associada à sua crescente intervenção na economia e no território, que se acelerou e se tornou contínuo o processo de ocupação da Amazônia, com base na dominância absoluta da visão externa e privilégio das relações com o centro de poder nacional, é o espaço para onde as relações capitalistas de produção tendem a se expandir e se consolidar, alterando a organização sócio-espacial anterior. Assim, busca-se entender a distribuição espacial da população dessa região com base no conceito de economia de fronteira. Para Becker (1990, p. 11), “fronteira não é sinônimo de terras devolutas, cuja apropriação econômica é franqueada a pioneiros ou camponeses. É um espaço também social e político, que pode ser definido como um espaço não plenamente estruturado, potencialmente gerador de realidades novas (...) É, pois, para a nação, símbolo e fato político de primeira grandeza, como espaço de projeção para o futuro, potencialmente alternativo. Para o capital, a fronteira tem valor como espaço onde é possível implantar rapidamente novas estruturas (...)”.

Nesse contexto, a dinâmica Paraense pode ser entendida a partir de diversos fatores, históricos, econômicos, culturais, demográficos etc. Este trabalho surge a partir do pressuposto de que a dinâmica desse espaço pode ser entendida através de fatores históricos ligados ao seu processo de desenvolvimento, como o processo de urbanização do território.

A diversidade e a complexidade da região amazônica se refletem também no modo de organização do espaço, que se apresenta de diferentes formas, principalmente quando falamos de grandes unidades espaciais como o estado do Pará. Segundo Armando Mendes, (1997, p. 106-107), o espaço amazônico pode ser definido como um conjunto de situações, instituições, mecanismos e modos de ser e de fazer, que definem não apenas um complexo de estruturas como as conjunturas sucessivas em que se expressam que acabam configurando vários espaços, um físico territorial, um espaço econômico e um espaço sócio cultural. Esse espaço econômico citado por Mendes, que também define o espaço amazônico se configura em um campo fértil para a atuação de um poder político-econômico-ideológico atrelado a um sistema que acaba, inevitavelmente, (re) organizando o espaço onde atua: O capitalismo.

Entender este espaço amazônico a partir da ótica capitalista é de fundamental importância para o entendimento deste trabalho, uma vez que a organização do espaço na Amazônia, em especial no estado do Pará, esta intimamente relacionada à forma com que o estado capitalista passou a intervir neste espaço, especialmente a partir da segunda metade do século XX, quando se intensifica o processo de urbanização na Amazônia.

A intervenção do estado na região Amazônica intensifica-se a partir do governo de Juscelino Kubitschek (1955-60) através do Plano de Desenvolvimento Nacional (PDN), com a construção de Brasília e as primeiras estradas. Quando surgiu a Operação Amazônia (1966) seguida em 1970 pelo Plano de Integração Nacional (PIN), as frentes migratórias e grandes fazendeiros já estavam instalados, ao longo da rodovia Belém-Brasília (1960). O estímulo para mobilizar capital e migrantes para as novas frentes de povoamento também decorreu de investimentos públicos em 12.000 km de estradas em 5 anos. Genericamente, a partir de 1960, intensificou-se a ocupação urbana. A política de desenvolvimento da região expressa pelos projetos de colonização regional e investimentos em infraestrutura desencadearam um processo intenso de ocupação com a chegada de imigrantes do nordeste e sul do Brasil. O crescimento urbano deixou de ser do tipo cidade primaz para dar lugar à urbanização regional. A disposição espacial do povoamento foi alterada pelos investimentos federais nas décadas

que se seguiram. As estradas pioneiras passaram a ser atratoras dos fluxos migratórios dirigidos e espontâneos. À medida que as estradas pioneiras eram construídas em terra firme novas aglomerações foram surgindo, muitas já sob a forma de cidades. As aglomerações ribeirinhas foram marginalizadas, com exceção daquelas cortadas pelos novos eixos de circulação terrestre, e as capitais foram revigoradas pelo fluxo migratório.

Dados do IBGE divulgam que entre 1960 e 1991 a população urbana cresceu mais que a população total da região. As classes de tamanho das cidades mantiveram-se estáveis até 1970, a partir de onde se iniciou um processo de desconcentração dado pela redução da participação relativa das grandes cidades e aumento da participação relativa das cidades médias e pequenas (menos de 100.000 habitantes), no estado do Pará. Especialmente identificou-se: a substituição do padrão dendrítico pelos eixos viários, a perda de importância de Belém com o aumento da população em outros níveis hierárquicos no estado do Pará, a consolidação das regiões metropolitanas - Manaus, Belém, São Luís e Cuiabá, e a consolidação de cidades médias e pequenas (50.000 habitantes) no interior da Amazônia. Entre 1991 e 1996, os processos de urbanização e desconcentração se acentuaram, com o surgimento de novos municípios (Constituição de 1988) e com o crescimento da população em núcleos urbanos de 20.000 habitantes. Viu-se assim a concentração dos núcleos urbanos ao longo dos eixos fluvial e viário, desenhando um macrozoneamento regional.

O processo de urbanização da Amazônia pode ser visto como fator explicativo para configuração do perfil referente à distribuição populacional apresentado no estado do Pará. Assim, quando analisamos sua dinâmica populacional percebemos uma diferenciação no que se refere ao perfil populacional, quando por exemplo fazemos uma comparação com o estado do Amazonas. Podemos dizer que no estado do Amazonas a população se concentra em poucos núcleos populacionais, enquanto que no estado do Pará a população se encontra dispersa pelo espaço, distribuída em vários núcleos populacionais, ou seja, o processo de urbanização sofrido ao longo do tempo se deu de forma mais distributiva no estado do Pará, se concretizando em vários núcleos, como por exemplo, na capital Belém, e em município de Abaetetuba, Ananindeua, Tucuruí, Marabá e Santarém.

2. Análise dos dados censitários: distribuição da população e ritmo de crescimento.

Analisando os dados do censo de 2000, em relação ao conjunto dos 143 municípios do estado do Pará, observa-se que a maioria (83,91 %) possuía até 50.000 habitantes. Todavia, a comparação com

a distribuição percentual das 6.195.965 pessoas residentes no estado pelos portes populacionais mostra que, nessa classe de tamanho populacional, residiam 42,64 % da população. Contudo, 82,51% dos municípios apresentam um porte populacional de 10 a 100.000 habitantes, onde residem 59,73 % da população do estado do Pará. Com esta análise, podemos afirmar que no estado do Pará a população se apresenta dispersa em vários núcleos populacionais, contrastando com o perfil apresentado pelo estado do Amazonas, por exemplo, onde a população se concentra basicamente na capital, Manaus.

Em relação à taxa de crescimento os municípios da Amazônia que apresentaram maior crescimento se concentraram no Pará e em Mato Grosso, enquanto aqueles que perderam população concentraram-se nos estados de Maranhão, Tocantins e Mato Grosso. Essa dinâmica apresentada, pode ser verificada através dos dados que constam na tabela 1 e no mapa 1 abaixo.

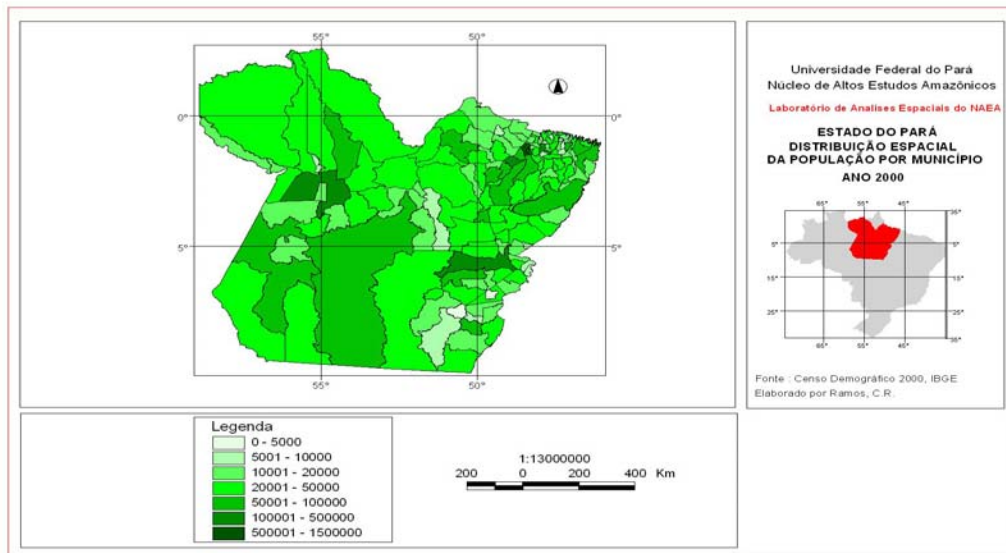
Tabela 1: Municípios da Amazônia Legal, por Unidade Federada e taxa geométrica de crescimento anual (%), 1991-2000.

UF	Negativa	0,0 a 1,5	+1,5 a 3,0	+3,0	Total
Rondônia	12	14	5	21	52
Acre	1	4	6	11	22
Amazonas	11	4	15	32	62
Roraima	1	3	1	10	15
Pará	17	31	40	55	143
Amapá	0	1	1	14	16
Tocantins	37	40	31	31	139
Maranhão	44	64	40	34	182
Mato Grosso	37	25	16	48	126
Total	160	186	155	256	757

Fonte: IBGE. *Tendências demográficas: Uma análise da amostra do censo demográfico 2000.*

Rio de Janeiro: IBGE, 2004.

Mapa 1 - estado do Pará – 2000



O mapa 1 representa a distribuição espacial da população por município por classe de tamanho no estado do Pará no ano de 2000. Através de sua análise podemos verificar perfeitamente como a população se encontra distribuída no espaço, apresentando vários núcleos de povoamento, apresentando um perfil demográfico disperso, diferentemente do estado do Amazonas onde a população se encontra concentrada principalmente na capital, Manaus, que congrega 49,9 % da população do estado.

A opção pela análise comparativa entre as classes de tamanho de população é uma tentativa de traçar o perfil populacional do município do estado do Pará. Embora a suposição de que o tamanho populacional seja um indicador importante para a caracterização da identidade municipal, não se pode deixar de mencionar que determinadas características geográficas ou econômicas podem ser independentes do tamanho dos municípios.

A análise do mapa 1 evidencia a dinâmica demográfica do estado do Pará no que se refere ao perfil populacional. Assim, se partíssemos de uma análise comparativa, poderíamos dizer que com a abertura das novas rodovias, houve um revigoramento de centros urbanos tradicionais, a exemplo do que aconteceu com Marabá, Altamira e Itaituba, cortadas pela rodovia Transamazônica. Por esse motivo, os centros urbanos regionais de porte médio passam a acolher, a exemplo do que acontece em outras regiões brasileiras, um contingente maior de pessoas diretamente ligadas a organismos e

instituições responsáveis pela implementação da nova malha técnica, política, econômica e cultural da região. O que há de diferente nesse processo, entretanto, é que juntamente com essa fração populacional, chega a força de trabalho móvel e polivalente que tem caracterizado o perfil demográfico amazônico nos últimos anos. A consequência disso é a reprodução, à semelhança das grandes cidades, de espaços que acolhem populações pobres e, muitas vezes, sem qualificação profissional.

Nestes municípios as políticas governamentais de incentivo ao desenvolvimento criaram um maior dinamismo nas cidades localizadas, ou que passam a surgir, às margens das novas vias de circulação e no entorno de projetos econômicos, em detrimento das cidades ribeirinhas – e uma urbanização concentrada nas capitais estaduais. As origens desse processo, além do fenômeno migratório inter-regional, parece se dar também pela expropriação em relação aos meios de produção no espaço agrário amazônico, principalmente após a política de desenvolvimento regional imposta a partir da década de 1960 e também aos investimentos ligados à dinâmica econômica da fronteira, que possibilitou uma pulverização e uma dispersão de pólos de crescimento econômico em vários pontos do território amazônico, definindo, igualmente, uma nova regionalização interna e um novo padrão de organização espacial.

3. Fatores determinantes da distribuição espacial da população no estado do Pará.

Como já foi dito, a dinâmica demográfica do estado do Pará foi condicionada por fatores históricos ligados direta e indiretamente ao seu processo de desenvolvimento, esses fatores estão diretamente ligados ao processo de urbanização brasileira que se manifestam nas etapas de ocupação do território através do Plano de Integração Nacional, (PIN), construção de rodovias, assentamentos rurais, hidrelétricas, redes de telecomunicação, reestruturação do comércio, surgimento de novos núcleos urbanos e instalação de fronteiras econômicas. Esses fatores podem ser entendidos como determinantes da distribuição espacial da população no estado do Pará, pois condicionaram um novo reordenamento e uma reorganização espacial interferindo diretamente na dinâmica populacional Paraense.

O que resultou dessa intervenção direta das organizações governamentais e privadas, como se sabe, foi o crescimento das atividades econômicas e sobretudo da população imigrante, permitindo novos ordenamentos espaciais e a ampliação das "flutuações internas", cujos efeitos mais visíveis (na paisagem), é a mobilidade da população e o aumento das diferenças entre as aglomerações no que se refere ao crescimento e a distribuição populacional e à estrutura interna.

Para Lia Osório (1999), a área triangular formada por Tucuruí, Marabá e o "Bico do Papagaio" pode exemplificar, do ponto de vista geográfico, esse tipo de processo. Na área, o povoamento controlado (colonização induzida pelo estado) e o povoamento espontâneo apareceram ao mesmo tempo, porém constituíam duas formas distintas de povoamento, interligadas pela mobilidade dos imigrantes: as agrovilas, localizadas de maneira ordenada ao longo da Transamazônica, e os povoados "espontâneos", disseminados desordenadamente no espaço, que acolhiam os fluxos de população imigrante impedida de se localizar na área sob controle do projeto de colonização federal. As diferenças iniciais entre as duas formas de povoamento foram se dissolvendo, instaurando-se um outro processo de diferenciação, mais complexo que o anterior, onde a ampliação dos movimentos populacionais (flutuações) foi incrementada pelo adensamento populacional e, simultaneamente, pela concentração de investimentos. A probabilidade de formação de novos núcleos aumentou, assim como sua diferenciação referente a distribuição populacional. No nível micro, cada núcleo constitui agora, em teoria, um "sistema aberto": a mudança nos fluxos estruturantes da dinâmica sub-regional, atuantes no nível macro, tem introduzido restrições que re-posicionam cada aglomeração, provocando o desaparecimento ou a estagnação de alguns núcleos (inclusive as agrovilas), o crescimento de outros, e o aparecimento de novas aglomerações. Ampliou-se, assim, a diferenciação interna do sistema urbano na Amazônia, em especial no estado do Pará, para onde, como foi visto, se dirigiram com maior intensidade os fluxos populacionais decorrentes dos planos governamentais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A dinâmica demográfica da Amazônia no que se refere à distribuição populacional apresenta, em nível nacional, um perfil concentrador, as políticas de integração nacional propostas pelos planos governamentais a partir de década de 60 condicionaram essa dinâmica. Porém, internamente, em nível regional, o estado do Pará apresenta um perfil disperso, a população se encontra melhor distribuída pelo espaço, isso ocorre pelo caráter disseminado e pulverizado em que ocorreram os investimentos econômicos e as ações governamentais neste espaço, influenciando sobremaneira na alteração da rede urbana regional, seja através da multiplicação de novos núcleos populacionais, planejados ou não, seja pela redefinição de antigos núcleos urbanos que se alçam à categoria de verdadeiros centros regionais, ou mesmo por um novo padrão de urbanização concentrada que possibilitou um novo rearranjo na organização espacial no estado do Pará. Esta dinâmica pode ser melhor entendida se partirmos de uma

análise comparativa com o estado do Amazonas, que apresenta um perfil populacional mais concentrador devido ao peso que sua capital, Manaus, possui, congregando 49,9 % da população de todo o estado.

BIBLIOGRAFIA

BECKER, B. K.; MIRANDA, M.; MACHADO L. O. Questões sobre a gestão do território. Brasília: Ed. da UNB; Ed. UFRJ, 1999. 219p.

BECKER, B. K. Amazônia. São Paulo: Ed. Ática, 1990. (Série Princípios).

MENDES, A. D. A Invenção da Amazônia: Precedida de: Brevíssimo ensaio sobre uma longa pregação. 2. ed. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 1997. p. 193.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Tendências demográficas. Uma análise da amostra do Censo Demográfico 2000. Estudos & Pesquisas. Informação demográfica e sócio-econômica. Rio de Janeiro, 2004.

IBGE. Censo Demográfico de 2000. Rio de Janeiro:IBGE,2000.

IBGE. Censo Demográfico de 1970. Rio de Janeiro: IBGE,1970.

IBGE. Censo demográfico de 1980. Rio de Janeiro: IBGE, 1980.

IBGE. Censo Demográfico de 1991. Rio de Janeiro: IBGE, 1991.